



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

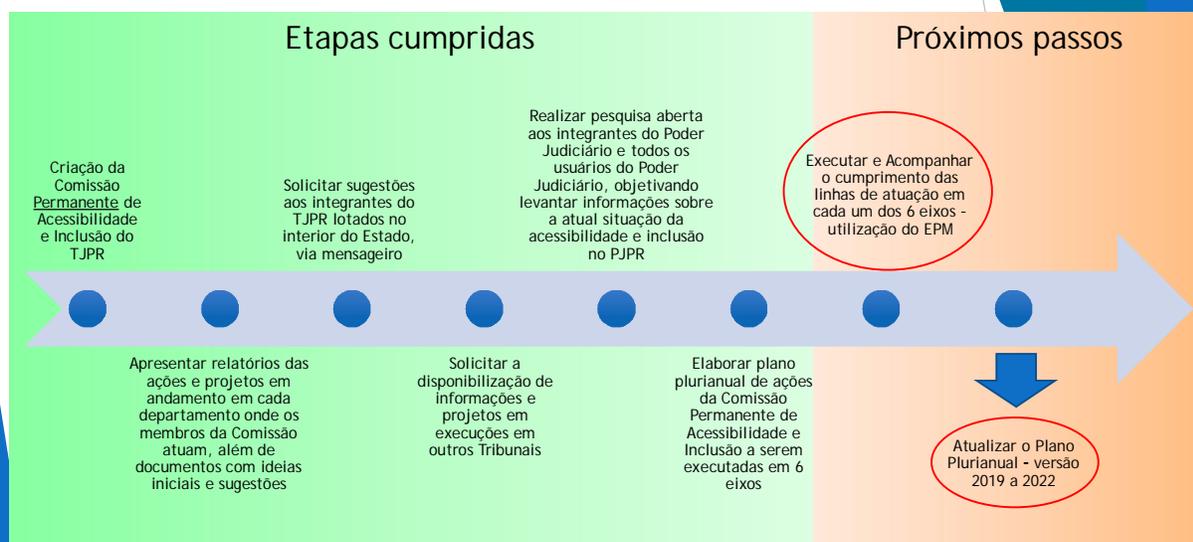
Ata da Sétima Reunião da COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO. Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às 15:00hrs, na sala de reuniões da Secretaria do Tribunal de Justiça, 4º andar do Palácio da Justiça. Presente a autoridade: DESEMBARGADOR SIGURD ROBERTO BENGTTSSON – Presidente da Comissão; e os servidores deste Tribunal de Justiça, Claudia Cristina Martins Tria, Daniela Ribas Rocha, Diogo Guilherme Silveira, Fernanda Schiavinatto, Flavia Verusca Buturi Monarin Matos, Gilberto Yoshikazu Ozawa, João Guilherme Carraro Hortmann, Jose Luiz Leite da Silva Filho, Marcela Benevides Sales Pignolo, Vanessa Rafaela Lobato, e Vera Marial Molfi de Franco. Na oportunidade, foi realizado um *feedback* sobre o I Seminário de Acessibilidade promovido pela Comissão em 27/11/2018, bem como fixada a data de 01/02/2019 como limite para que os Eixos promovam a atualização de seus respectivos Planos de Ação, visando a atualização do Plano Plurianual. A reunião foi encerrada às 17h55min. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Marcela Benevides Sales Pignolo, Secretária, lavrei a presente ata que vai por mim e pelo Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, devidamente assinada.

Plano Plurianual 2018/2020

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

7ª Reunião - 06/12/2018

Desenvolvimento dos trabalhos da Comissão:



Feedback

- I Seminário de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR);
- Propostas de contribuição ao convênio com o TRT (atribuições ao TJPR).

Próximos passos

- ▶ Atualizar o Plano Plurianual;
- ▶ Cada Eixo elaborar novo relatório referente às ações executadas, os planos em andamento e os novos planos propostos;
- ▶ Excluir os planos que não serão realizados;
- ▶ Atualizar o percentual de desenvolvimento dos planos em andamento (De 0% a 100%);
- ▶ Colocar novas datas previstas para conclusão (ou manter as anteriores).

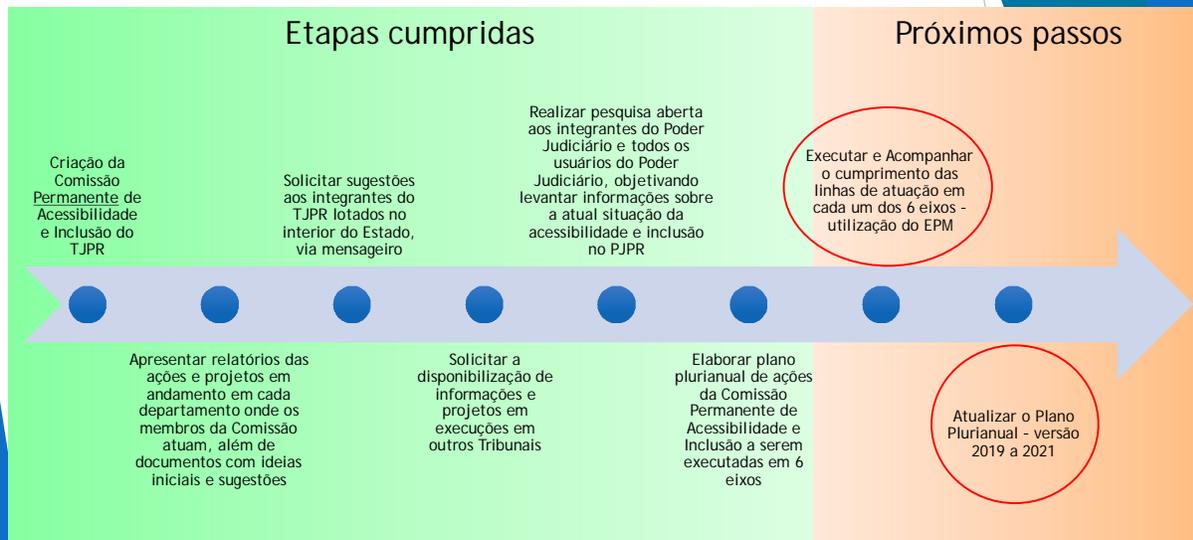
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

I Seminário de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR)

► Introdução

- A Comissão de Acessibilidade foi instaurada no TJPR em **2011** (Portaria nº 790/2011) - Presidente: Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson
- Dentre as ações propostas pela comissão, destacou-se: **parceria firmada entre o Ministério Público e o TJPR** para trabalharem em conjunto no **levantamento sobre as condições de acessibilidade nos fóruns que abrigam Promotorias de Justiça em Curitiba e no interior do Estado**, para posterior recomendação de adequações
- **Os trabalhos** da comissão foram reconhecidos pela Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) e pelo Núcleo de Direitos do Cidadão do TJPR do Paraná (NUCID) - **premiação JUS XXI - Inovação e Cidadania**
- Publicação da **Resolução CNJ nº 230/2016**
- **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)** - Portaria nº 4681-DM, de 31/05/2017
- **Necessidade de um plano plurianual, a fim de que as demandas pudessem ser levantadas e escalonadas**, cotejando-se a sua urgência com as disponibilidades orçamentárias, respeitando-se a discricionariedade administrativa

Desenvolvimento dos trabalhos da Comissão:



Constituição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão no TJPR

► Membros:

- Desembargador SIGURD ROBERTO BENGTTSSON, como Presidente
- Doutor LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE - Juiz Auxiliar da Presidência
- Doutor SÉRGIO LUIZ KREUZ - Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça
- Marcela Benevides Sales Pignolo, como Secretária
- Claudia Cristina Martins Tria - DGST
- Daniela Ribas Rocha - Centro de Digitalização
- Fernanda Schiavinatto - DGRH
- Flavia Verusca Buturi Monarin Matos - DPLAN
- Gilberto Yoshikazu Ozawa - DTIC
- Diogo Guilherme Silveira - DGRH
- João Guilherme Carraro Hortmann - Secretaria do TJPR
- José Luiz Leite da Silva Filho - DEA
- Marcos Kazuyoshi Sakamoto - DTIC
- Renan Massaiti Tory - DPLAN
- Vanessa Rafaela Lobato - ESEJE
- Vera Maria Molfi de Franco - CMAS
- Vivian Clavijo Beltran Kummer - DP

Frentes de Atuação da Comissão:

Plano Plurianual

- Objetivo:
- Catalogar dados e criar planos de ação que compõem um plano plurianual; tomar as medidas necessárias à execução dos projetos propostos, e realizar o acompanhamento de seu desenvolvimento.

Atendimento às demandas pontuais

- Objetivo:
- Dar atendimento e encaminhamento a todas as demandas pontuais que são solicitadas à comissão, bem como procurar parcerias para a questão da acessibilidade.

Plano Plurianual 2018/2020

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Eixos de atuação - PLANOS DE AÇÃO de curto, médio e longo prazo

- ▶ 1 - Capacitação de magistrados, servidores e terceirizados
- ▶ 2 - Adaptações arquitetônicas que atendam a inclusão e acessibilidade
- ▶ 3 - Disponibilização de mobiliário e ferramentas de tecnologia adequados aos servidores, magistrados e jurisdicionados com deficiência
- ▶ 4 - Regulamentação legal que inclua os direitos da pessoa com deficiência
- ▶ 5 - Assistência médica e social voltada aos servidores e magistrados com deficiência
- ▶ 6 - Projetos que promovam a inclusão pessoas com deficiência

Acompanhamento - Planos de Ação

% de Conclusão do Plano de Ação	Qtde de Tarefas/Planos de Ação
0%	38
7%	1
8%	1
10%	5
15%	3
17%	1
20%	1
25%	4
32%	1
36%	1
50%	7
51%	1
54%	2
57%	1
75%	18
100%	27
Total Geral	112

Exemplos de Planos de Ação Concluídos:

Plano de Ação	Priorização	Custo Estimado	Área Responsável	Status Atual
ELABORAÇÃO DE CARTILHA OU MANUAL SIMPLIFICADO PARA DISTRIBUIÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS	Extremamente Prioritário Prazo: 10/12/2018	Custo de impressão e envio	ESEJE, DGST e CPAI	Manual de Inclusão da pessoa com deficiência https://www.tjpr.jus.br/documents/18319/15922719/Manual+de+Inclus%C3%A3o+pessoa+com+defici%C3%Aancia/04f6a006-7782-001e-393d-462381d43634
DIVULGAÇÃO DE VÍDEOS DE SENSIBILIZAÇÃO QUANTO ÀS QUESTÕES DE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E TRATAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Muito Prioritário Prazo: permanente	Sem custo	ESEJE	Vídeo 1 - Bengala verde - 03/05 https://youtu.be/qAIRehJ-YRo ; Vídeo 2 - Direitos das PCD - 28/05 https://youtu.be/fTIAngwKyAA

Exemplos de Planos de Ação Concluídos:

Plano de Ação	Priorização	Custo Estimado	Área Responsável	Status Atual
FORMAÇÃO DE GRUPO DE ESTUDOS ESPECÍFICOS COM SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA	Muito Prioritário Prazo: permanente	Sem custo	ESEJE e CPAI	Em execução Reuniões: 02/04 , 09/04, 23/04, 01/08 e 08/08
FORNECIMENTO DE CADEIRAS DE RODAS PARA AS COMARCAS DO ESTADO	Muito prioritário	Sem custo	CPAI e DP-DCP	72 cadeiras entregues.
INCLUSÃO DO SOFTWARE LEITOR DE TELA NVDA NA CENTRAL DE SOFTWARE DO TJPR	Alta	Sem custos	DTIC	Disponível software NVDA como apoio à servidor ou jurisdicionado com deficiência visual

Exemplos de Planos de Ação Concluídos:

Plano de Ação	Priorização	Custo Estimado	Área Responsável	Status Atual
REGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TJPR	Extremamente prioritário	Sem custo	Secretaria Corregedoria -Geral da Justiça	Minuta de Decreto Judiciário elaborada e encaminhada para análise de Departamentos (0053614-14.2018.8.16.6000).
ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE POLOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-PSICO-SOCIAL	Prioridade Mediana	Verificação posterior de custos específicos a depender da demanda	CAMS DGRH	Em análise minuta de convênio com a Secretaria de Administração e Previdência para realização de perícias a servidores por juntas médicas no interior

Eixo 2 - Adaptações Arquitetônicas

- Metodologia 5W2H não foi passível de ser implementada neste eixo, uma vez que as adaptações arquitetônicas são realizadas seguindo o Plano de Obras do TJPR, que é previamente traçado pela Administração do Tribunal;
- Foram relacionados quais prédios ou comarcas receberão intervenções e em qual prazo;
- O Plano de Obras leva em consideração, também, a urgência em relação às adequações de acessibilidade de acordo com o ranqueamento;

- Todos os projetos arquitetônicos de construção de novos Fóruns, bem como os de reforma de maior porte, são concebidos respeitando os critérios de acessibilidade definidos em lei, desde o início dos anos 2000.
- Os primeiros levantamentos realizados, com o objetivo de avaliar as condições de atendimento às Normas de Acessibilidade pelo TJPR, foram realizados em 2007 e o último em 2017.
- Critérios:
 - Acessibilidade para as pessoas com deficiência motora (rampas, elevadores, estacionamento, sanitários)
 - Acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva (piso tátil em rampas escadas e até o balcão de informações, elevadores com som e botoeira em braile)

Estatísticas



Adaptações Arquitetônicas:

TOTAL DE IMÓVEIS	194	%
TOTAL DE IMÓVEIS ACESSÍVEIS (INTERIOR E CAPITAL)	104	54%
TOTAL DE IMÓVEIS QUE NÃO ATENDEM OU ATENDEM PARCIALMENTE QUESITOS DE ACESSIBILIDADE (INTERIOR E CAPITAL)	91	46%
IMÓVEIS SEM PREVISÃO DE REFORMA	44	
IMÓVEIS COM PREVISÃO DE REFORMA	46	

Expedientes em Andamento - Frente das ações pontuais:

- ▶ 32 expedientes em andamento;
- ▶ Solicitações do público interno e externo referente à necessidade de atuação da Comissão:
- ▶ Exemplos:
 - ▶ Pedidos de jornada especial de trabalho;
 - ▶ Requerimentos com relação à acessibilidade de prédios do TJ;

Obrigada!!

Contato:

sei-cper-cpai@tjpr.jus.br